

## **Thereza Grisólia Tang:**

### **a trajetória da primeira discente do curso de Direito da UFRGS**

**Leda de Oliveira Pinho<sup>i</sup>**

Thereza Grisólia Tang, gaúcha de São Luiz Gonzaga-RS, ultrapassou barreiras – a discordância dos pais, que não apoiavam a opção pelo curso de Direito – e superou preconceitos – dos que a queriam professora ou dedicada aos afazeres domésticos.

Aos 32 anos, em 1954, assumiu o cargo de Juíza Substituta da 12<sup>a</sup> Circunscrição Judiciária, com sede em Criciúma, no Tribunal de Justiça de Santa Catarina<sup>ii</sup>.

A Dra. Thereza inaugurava a presença feminina no corpo de juízes daquele Estado, tal como antes fizera no corpo de discentes da Faculdade de Direito de Porto Alegre<sup>iii</sup>. Graduou-se em 1951.

Por ser mulher, enfrentou o preconceito para ingressar no curso e o fez “*junto do marido Valter Tang, que era dentista e voltou aos bancos da graduação para acompanhar a esposa*”<sup>iv</sup>. Além do amor, ele tinha pelo menos duas boas razões para apoiá-la. A primeira fora a precocidade de sua indignação com as injustiças. Os policiais da delegacia de sua cidade haviam detido um alemão, durante o período da 2<sup>a</sup> Guerra Mundial, sob a suspeita de que seria nazista. Thereza, ainda adolescente, presenciou o episódio e exigiu que aquele homem tivesse a oportunidade de saber do que era acusado e de se defender. A segunda foi um contrato celebrado tempos depois: Ao ser pedida em casamento, por um pretendente 15 anos mais velho do que ela, Thereza elaborou um termo no qual condicionava seu consentimento ao compromisso de que ela fizesse o curso superior<sup>v</sup>. Valter Tang<sup>vi</sup> era o detido e o compromissado.

Por cerca de vinte anos, a Juíza Thereza Grisólia Tang foi a única mulher a judicar naquele Estado. Passou por nove Circunscrições catarinenses<sup>vii</sup> e chegou ao Tribunal em 1975. Novamente fez história: foi a primeira desembargadora daquele Tribunal<sup>viii</sup>.

Foi Corregedora Geral de Justiça em 1985, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral em 1986 e Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em 1989. Encerrou sua carreira em 1992, quando atingiu a idade limite para a aposentaria e, ainda hoje, é uma referência em Direito Criminal, “que sempre foi a sua grande paixão”<sup>ix</sup>.

Morreu aos 87 anos, em Florianópolis, e seu último desejo foi ser enterrada com as vestes da profissão que amou: a toga<sup>x</sup>.

Sua ousadia e persistência demonstram que é possível avançar e que assim temos feito, mas há ainda um longo caminho a percorrer. Tanto é assim, tanto precisamos revisar nossa condicionada forma de pensar, que decorridos mais de 60 anos da posse da Dra

Thereza, passadas 3 gerações, ainda há quem diga que a judicatura não é para mulheres e, pior, ainda há quem pense que uma Vara Criminal não é adequada à “natureza” feminina<sup>xi</sup>.

- 
- <sup>i</sup> Mestre em Direito Civil pela Universidade Estadual de Maringá, Juíza Federal aposentada.
- <sup>ii</sup> In: <https://www.ufrgs.br/caar/?p=1063> Acesso em 10.03.2017
- <sup>iii</sup> A Universidade de Porto Alegre foi criada pelo Decreto Estadual 5.758 de 28.11.1934, dela fazia parte a Faculdade de Direito, com a Escola de Comércio. Em 1947 a Universidade se expande e incorpora institutos no interior do Estado, passando a se denominar Universidade do Rio Grande do Sul. Em 1950 passa a integrar o Sistema Federal do Ensino Superior, de sorte que Thereza Grisólia Tang obteve seu título pela UFRGS. In: [https://www.google.com.br/?gws\\_rd=cr&ei=3fFWPmaCciZwgSAjYbABQ](https://www.google.com.br/?gws_rd=cr&ei=3fFWPmaCciZwgSAjYbABQ) Acesso em 12.03.2017.
- <sup>iv</sup> In: <http://revistadonna.clicrbs.com.br/noticia/conheca-a-primeira-mulher-a-ocupar-o-cargo-de-juiza-no-pais/> Acesso em 10.03.2017.
- <sup>v</sup> In: [http://www.amc.org.br/portal/o\\_judiciario/2009/AMC200906.pdf](http://www.amc.org.br/portal/o_judiciario/2009/AMC200906.pdf) Acesso em 11.03.2017.
- <sup>vi</sup> O decreto de naturalização de Valter Tang foi publicado em 19.02.1952, 4ª página da 1ª Seção do Diário de Notícias. In: [http://memoria.bn.br/pdf/093718/per093718\\_1952\\_09090.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/093718/per093718_1952_09090.pdf) Acesso em 11.03.2017.
- <sup>vii</sup> Araranguá, Criciúma, Turvo, Timbó, Palhoça, São José, Laguna, Joaçaba e Florianópolis. In: <http://clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default2.jsp?uf=2&local=18&source=a2689172.xml&template=3898.dwwt&edition=13345&section=134> Acesso em 28.02.2017.
- <sup>viii</sup> Auri Moura Costa (30.08.1910-12.07.91) formou-se em 1933 pela Faculdade de Direito do Recife. Ingressou na magistratura em 1939, por “concurso público, sendo nomeada Juíza Municipal dos Termos de Várzea Alegre, Cedro e Canindé”. Foi promovida a Juíza de Direito de 2ª entrância em 1948, à 3ª entrância em 1953 e à 4ª entrância em 1958. Foi nomeada Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará em 23.05.1968, “sendo a primeira Juíza de Direito do Ceará e do Brasil a atingir o mais alto cargo da magistratura estadual”. Foi “a primeira mulher a ocupar a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, no período de 27 de maio de 1974 a 25 de maio de 1976”. In: <http://www.tre-ce.jus.br/institucional/memoria-eleitoral/desembargadora-auri-moura-costa> Acesso em 12.03.2017.
- <sup>ix</sup> In: <https://www.aclej.org.br/tereza-grislia-tang>. Acesso em 02.03.2017.
- <sup>x</sup> In: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2310200923.htm> Acesso em 10.03.2017.
- <sup>xi</sup> Segundo relatou o desembargador aposentado Francisco Oliveira Filho, a Desembargadora Thereza, “quando corregedora, levantou questões cruciais que levaram ao aprimoramento de leis, como a que garante melhores condições para mulheres presas”. Idem.